

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Biopoder e subjetividade. A atualidade da última epistemologia foucaultiana.

Gilberto Barbosa Salgado.

Cita:

Gilberto Barbosa Salgado (2009). *Biopoder e subjetividade. A atualidade da última epistemologia foucaultiana. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1130>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Biopoder e subjetividade

A atualidade da última
epistemologia foucaultiana¹

Gilberto Barbosa Salgado²

1. A Pastoral Invisível dos Micropoderes: Normatividade e Racionalidade Midiática.

O título acima pode parecer estranho: é possível e relativamente fácil argumentar e demonstrar que a mídia exerce sua onipresença de forma bastante visível (e visualizável), como também se articule muito mais com os macropoderes, ou seja, com a chamada grande política, o Estado e as grandes corporações, sendo que, usualmente, as próprias empresas midiáticas são corporações que muitas vezes exercem e ampliam seus domínios de forma transnacional e globalizada. Tudo isso já não é novidade e foi sobejamente demonstrado. O objetivo, aqui, é argumentar outra faceta da mídia, qual seja, a sua **invisibilidade** no controle social, em operações que são sócio-psicológicas, seu discurso que assume ares de **pastoral** sobre os comportamentos, apoiada em uma racionalidade com pendões supostamente normativos e, com tudo isso, sua eficácia real e simbólica sobre os micropoderes, como aqueles que incidem sobre a vida e o corpo, um biopoder e uma biopolítica, tal como argumenta Michel Foucault em *Segurança, Território, População* e em *Nascimento da Biopolítica*.

¹ Artigo apresentado no XXVII Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia (ALAS), Buenos Aires/Argentina, realizado de 31 de agosto a 4 de setembro de 2009, no Grupo de Trabalho (GT) “Metodologia e Epistemologia das Ciências Sociais”.

² Professor do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde é pesquisador no Núcleo de Estudos Estratégicos (www.nee.ufjf.br).

Fundamentalmente, o horizonte republicano e democrático das formas de democracia pode arriscar – não necessariamente deve – ter seus horizontes e perímetros progressivamente fechados, e não ampliados, quando se pespegam ao argumento normativo noções como individualismo metodológico, escolha racional, democracia econômica, ação estratégica e poliarquia. Que essas categorias sejam descritivas é plenamente aceitável, contudo, caso tornem-se analíticas e hermenêuticas acarretam uma via única da reflexividade social, cujos atores que mais perdem são os movimentos sociais que não estão plenamente inseridos nas regras do jogo democrático e/ou no mercado.

Essa argumentação desdobrar-se-á, em caráter simultaneamente demonstrativo e explanativo na próxima seção, a partir de quatro problematizações, circunscritas à mídia: eleições, saúde, criminalidade e guerra.

2. A Mídia como Biopoder e Biopolítica: Quatro Problematizações.

A Teoria do Biopoder e da Biopolítica é uma das articulações que Michel Foucault encetou como transição da segunda fase de seus escritos, denomina da de arqueologia dos saberes e das ciências para uma terceira, intitulada genealogia do poder e analítica do poder. Nesta fase, o autor preocupou-se com o sentido estratégico e político das formas de controle e dominação sobre o corpo e sobre a vida, para além da conhecida metáfora anterior da produção do corpo dócil e anti-nomádico, preparado para a produção. Nessa argumentação trata-se de fazer a genealogia das potências que incidem sobre o corpo e *in grano salis* sobre a vida. Daí, biopoder e biopolítica.

Uma primeira problematização refere-se às eleições. As teorias dominantes no campo do estudo do voto e das eleições são majoritariamente estudadas pelo pressuposto apriorístico da escolha racional e tomando por base o eleitor como unidade, portanto em seu sentido “individualístico-metodológico” e, *ceteris paribus*, com sua racionalidade investigada quanto o processo decisório, a lógica de funcionamento dos sistemas político-partidários, a flutuação nas taxas de comparecimento ou de expressão do voto (denominada de taxa de alienação eleitoral) e a racionalidade no que tange ao cálculo do voto.

Nessa problematização os elementos sócio-psicológicos (subjetividade, afetos, emoções) constitutivos do voto teriam, não obstante, articulação racional, ou seja, poderiam ser subjetivos ou percepto-cognitivos em sua formação. Assim, todas as escolhas eleitorais, mesmo as realizadas por assim dizer, “com o fígado”, seriam racionais em um conjunto de opções, mesmo que esse fosse cognitivamente diminuto. Em contraste, a prática dos publicitários, em especial nos países latinos, tem sido a de estimular a escolha eleitoral com base em elementos emocionais, com ênfase na personalidade do candidato, no clássico tema weberiano do carisma, tentando pespegar

emoções aos processos eleitorais. Constituir-se-iam, sendo assim, um novo tipo de eleitor, o não-racional, que guiaria-se por escolhas intuitivas, como expõe uma das teorias mais conservadoras da agenda americana, a teoria neodarwinista, também denominada de teoria evolucionária, no estudo de Drew Westen intitulado *The Political Brain* (2007), argumenta em prol de um “cérebro político”, um centro sináptico com habilidades para a política e, mais ainda, considerando o primado das emoções.

Uma segunda problematização diz respeito às relações entre mídia e saúde. Essa constitui uma enorme e sofisticada agenda de controle social e monitoramento do comportamento. Assiste-se uma mídia prescritora de normas, regras, leis e comportamentos, com influência nodal na intimidade e na vida privada. É, pois, uma pauta hipocondríaca, normalizadora de comportamentos e normatizadora da esfera privada e íntima do cidadão.

O ponto de inflexão na nova agenda das relações entre mídia e saúde repousa na forçada “aliança” entre a teoria behaviorista e a teoria cognitiva. Estranha aliança, uma vez que a matriz clássica do pensamento comportamental difere das teorias cognitivas. Agrupá-las, na corruptela TCC, sigla para Teoria Cognitivo-Comportamental, é **buscar em uma aquilo que falta na outra**, estranha operação epistêmica e ideológica, **muito próxima, ao menos nas intenções, daquela que no decênio de 50 do século passado agrupou duas teorias sociológicas, gerando o estrutural-funcionalismo**³, em que, como se sabe, os limites da teoria de Durkheim fixavam-se no estudo descritivo de fatos sociais já ocorridos, portanto um olhar para o passado.

Circunscrito ao campo da saúde mental, esfera frágil para quaisquer tentativas de controle social, a Teoria Cognitivo-Comportamental desdobrou-se em outra empreitada ainda mais persuasiva epistêmica e ideologicamente, no que tange ao controle e predição do comportamento, resultando em uma nova supremacia no campo da saúde: a hegemonia da Teoria da Neurociência, para além da pauta *cog-sci*. Apoiada em obras que se tornaram, da noite para o dia, *best-sellers* no mercado editorial norte-americano, cuja estrutura conceitual envolveria todas as acepções da palavra cognição, autores como Daniel Dennett, António Damásio e Richard Dawkins, à despeito de escreverem obras extremamente criativas e “imaginosas”, ajudaram a “pavimentar” a estrada para o novo léxico das maravilhas medicamentosas da indústria de psicofármacos que, em cada nova síntese molecular, seccionaram a divisão social dos medicamentos. O antigo “soma”, droga do prazer e das sensações, descrito por Aldous Huxley na profética ficção futurista *Admirável Mundo Novo*, estava, pois, realizado em escala serial e industrial. Um novo “evangelho” se iniciara: o dos psicofármacos regulatórios do comportamento e das sensações.

³ O sistemismo de Parsons.

Sendo assim, a operação de controle social por excelência, através de descrições algorítmicas do tipo “se x..., então y...” dos sintomas e das seqüenciais prescrições dessas sínteses moleculares alcança, como manuais para as profilaxias, os diagnósticos e os prognósticos, sua forma final no CID-10 e no DSM-4, onde as síndromes e transtornos, para os quais em cada sintomatologia há um conjunto de medicamentos, substituem as antigas neuroses e psicoses, tratadas pela fenomenologia e pela psicanálise em contextos, ainda que diferenciados, psicoterápicos. O controle da saúde assume a forma de controle sobre o corpo e sobre a vida e as prescrições atingem a mídia, caracterizando uma “pauta hipocondríaca”, narcotizadora do cotidiano, com prescrições variadas sobre a conduta sexual, alimentar e até do sono, cujos novos mapeamentos, juntamente com as *smart-drugs*⁴, conformam a fronteira final do controle social do comportamento.

O terceiro conjunto de problematizações é circunscrita à criminalidade. Aqui, devido à epidemiologia de estudos sobre a criminalidade e a violência no Brasil, como compreensível reação ao fenômeno já pandêmico em algumas capitais brasileiras. Fenômenos ambíguos e ambivalentes como o assédio moral e sexual e o *bullying* são enfileirados à construção social dos “criminosos-monstro”, como os pedófilos. É preciso dizer com todas as letras, correndo o inevitável risco da polêmica acerba e emocional: há certo *viés* histórico-fóbico na narrativa midiática da cultura da vitimização. Como preconizou André Gaio em dois estudos prescientes (2006 e 2007) formou-se um “populismo punitivo no Brasil”. O pânico social e o pânico moral, subjacente a esse, são norteadores de uma estimulação deliberada do núcleo neurótico das populações.

Programas preventivos ou abertamente punitivos norte-americanos são exemplificados, em caráter *standard*, na mídia brasileira, como modelos epifenomênicos a serem rotinizados e seguidos, em reflexividade a-crítica. É o caso de programas e estratégias como *Law and Order* (que até já gerou popular seriado homônimo, na televisão por assinatura), *Tolerância Zero* e *Three strikes and you are out!*. O primeiro introduziu a polícia algorítmica e o patrulhamento seletivo com base em indexalizações de geoprocessamento e georreferenciadas.

A quarta e derradeira problematização envolve a guerra. Precisamente no sentido foucaultiano da governamentalidade a guerra seria a excelsa operação a ser estudada pela Teoria do Biopoder e sua por assim dizer “vertebração”, a biopolítica. De forma pertinente, por conseguinte, Foucault inverte o famoso aforismo de Clausewitz. Se no primeiro caso “a guerra é a continuação da política por outros meios”, quando esgotadas, sobretudo, as alternativas diplomáticas, para Foucault é “a política que é extensão da guerra por outros meios”, o que, de fato, permite as seguintes interpretações: a) toda ação humana é política, em quaisquer de suas extensões; b) se a

⁴ Drogas “inteligentes e articuladas”, nova síntese molecular da indústria de psicofármacos.

política é a externalização da guerra, o estado de guerra é permanente; c) se o estado de guerra é permanente envolve, decerto, operações de controle e dominação; d) se o estado permanente e inexorável é de controle e dominação social, todas as esferas sociais, como cultura, política (a macro e a micropolítica), poderes institucionais, ciência, ideologia e arte estão sob esse escrutínio; e) a disputa por hegemonia é ideológica e, também epistemológica.

As relações entre mídia e guerra, com espetacularização e certo “voyeurismo”, são fortes e coesas. O tema aplica-se a editoriais de política internacional, mas também se presta ao debate interno, com efeitos simbólicos e reais, de poder, inclusive. O que verdadeiramente mobiliza essas relações é que as estratégias midiáticas de guerra servem *a posteriori* para utilização política, principalmente eleitoral. São inúmeros exemplos: a) a estrutura de informações quantitativas e qualitativas cadastradas pelo Hizbollah a partir de toda imprensa mundial, para fins de antecipação de cenários de conjuntura; b) a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação para, pela metodologia informacional delphy, realizar previsões (estado maior americano); c) a guerra psicológica sobreposta à guerra informacional como estratégia antecipatória (todas as “microguerras” da segunda metade do século XX e início desse século).

3. Biopoder e Subjetividade: Reações ao Controle e a Racionalização Excessiva.

Ao assinalar a necessidade de estudar a guerra pelo biopoder na obra *Em Defesa da Sociedade*, curso de 1976 no *Collège de France*, Foucault aponta a genealogia dos saberes e dos poderes como uma “ortologia” (Foucault, 2000: 221, *passim*), um estudos das “correções” através de um poder relacional e com seus efeitos incidindo por toda a sociedade, através do Estado, com as seguintes características: desqualificação de pequenos saberes tidos como inúteis e dispendiosos; normalização dos saberes entre si em grandes conjuntos operatórios; classificação hierárquica; e, centralidade piramidal. Não seriam, assim, somente efeitos de poder em caráter permanentemente relacional, mas, sobretudo, simetrias e assimetrias nessa analítica do poder, formando uma tecnologia operatória, ou seja, uma tecnologia do poder, com mecânica própria, produção de novas anomalias negativizadas (2000: 291), fenômenos de massa e domínios correlatos para o controle da cena urbana. Esses efeitos disciplinares e regulamentadores teriam como fiador o Estado⁵.

Essa argumentação desliza muito apropriadamente em *Segurança, Território, População*, curso de 1978, em que o teórico francês aponta as tecnologias de segurança (como instrumentos de poder) como a assunção de um novo poder pastoral, que se apoiaria na seleção populacional, seu monitoramento demográfico e por territorialidade. Será, conquanto, em *Nascimento da Biopolítica*,

⁵ Para Foucault (2000: 312), “o jogo de matar está inscrito no funcionamento de todos os Estados”.

curso de 1978/79, que, ao se permitir pela primeira vez pensar temas contemporâneos, o autor faria a exegese da governamentalidade neoliberal. Sua crítica levaria a dúvida aporética a uma notável exasperação agonística: ao fazer supor que os universais não existem, a nova inscrição societal relativizadora desprezaria o fato incontestado de que os regimes de “verificação” da arte liberal de governar sustentam-se em supostas verdades epistêmicas e jurisdicionadas, visto que, apresentam como efeito não somente a intervenção através da governamentalidade, como também o domínio pelas técnicas, tornadas universais e consensuais. A crítica foucaultiana apresentada é ao modelo liberal clássico, ao modelo ultraliberal que foi a gênese do que se convencionou denominar de neoliberalismo e aos seus efeitos de controle e dominação através da “[integração] à economia de toda uma série de técnicas [...] chamadas comportamentais” (Foucault, 2008: 368). Estariam, de fato, definitivamente interligados o *homo economicus* e o *homo ‘comportamentalis’*. O governo dos homens chegaria ao seu limiar pela modernidade biológica.

4. Vinheta Conclusiva: A Análise do Discurso Sobrevida.

A problematização do regime de inscrição e produção de veridicações, ou seja, de verdades assinaladas como universais já havia sido apresentada por Foucault em *As Palavras e as Coisas*, obra escrita em 1966, que causou celeuma no meio acadêmico pela exposição da crise da representação, além da polêmica noção – depois superada – da morte do homem. Importa ressaltar que a obra instaura uma série de questionamentos vitais, antecipatórios de uma metodologia da análise do discurso que viria em 1970, na oração de assunção à cátedra no *Collège de France*, denominada *A Ordem do Discurso*.

Na obra de 1966 perfilam entre os questionamentos, sob o modo de demonstrações foucaultianas: 1) a apresentação da arte como um modelo estético e hermenêutico com correlações com a filosofia e a ciência; 2) a articulação entre filosofia e as ciências exatas e naturais; 3) as implicações conceituais e metodológicas entre as ciências “duras” e as ciências humanas; 4) as ciências humanas como “filhotes desgarrados” da filosofia; 5) as inflexões entre arte e ciências humanas; 5) o surgimento de ciências humanas que se apresentam como “contraciências”⁶ e contrapoderes; e, com tudo isso, 6) a definitiva interação entre saberes, poderes e ideologia, precedidos de problematizações epistêmicas e efeitos sucedâneos hermenêuticos. A defesa foucaultiana é de teorias transdisciplinares⁷ metaepistêmicas e, também, a de metateorizações.

Ao ser eleito para o *Collège de France* em 1970, Michel Foucault sintetizou partes da obra anterior e conferiu a sua noção de “formações discursivas” uma metodologia, que ficou conhecida

⁶ A etnologia e a psicanálise.

⁷ Com similitudes com o programa de Horkheimer.

como metodologia da análise do discurso, e, posteriormente, foi editada com o título *A Ordem do Discurso*. Nessa obra Foucault enfatizou que a produção discursiva é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída” (Foucault, 1996: 9), e apresenta como mecanismos de exclusão discursiva três princípios: a interdição, a separação entre razão e loucura, e a força enunciativa da verdade, uma, dito de outra forma, vontade de verdade. Aponta, além disso, mecanismos de **controle e delimitação discursiva**: o comentário, a autoria, a organização das disciplinas e as regras de uma política discursiva, reforçados, na concepção do autor, por outros “jogos de escritura” (1996: 45): o poder de pensar a verdade; a negação da realidade específica do discurso em forma de elisão; e o domínio estratégico. Evoca ainda, como defesa metodológica, o questionamento da vontade de verdade, o discurso como acontecimento e a soberania do significante. Encerra o autor propondo quatro princípios metodológicos para “deslocamento discursivo” e uma genealogia dos discursos, os princípios da inversão, da descontinuidade, da especificidade e da exterioridade, com o propósito de desconstruir os estatutos disciplinares do discurso e provocar desmascaramento do controle.

O autor francês, em momento de notável lucidez, fez a viagem de retorno até a sua metodologia, após a genealogia do poder e a elaboração da teoria do biopoder e da biopolítica para, simultaneamente, fugir da pecha de niilista ou pessimista, e assinalar a proposição de uma “saída redentora”, o que foi realizado na proposta de uma estetização da vida cotidiana e uma estilística da existência, de laivos nietzscheanos, mas certamente humanista, nos dois últimos volumes de sua *História da Sexualidade*, publicados no ano de sua morte, mas debatidos no curso de 1982, intitulado *A Hermenêutica do Sujeito*.

A defesa central é que a saída para o dispositivo disciplinar e de controle pelo biopoder e a biopolítica está no sujeito e nos seus processos de subjetivação, até mesmo em uma “subjetividade coletiva”, isto é, construída coletivamente. Sentido esse que renova as esperanças na força da hermenêutica sobre as formações discursivas.

Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. (2002), *Homo sacer*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG.
- DAMÁSIO, António. (2000), *O mistério da consciência*. São Paulo, Cia das Letras.
- ----- (1996), *O erro de Descartes – Emoção, Razão e o Cérebro Humano*. São Paulo, Cia das Letras.
- DAWKINS, Richard. (2001), *O gene egoísta*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- DENNETT, Daniel C. (1997), *Tipos de mentes*. Rio de Janeiro, Rocco..
- ÉRIBON, Didier. (1996), *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FOUCAULT, Michel. [1966] (1999), *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes.
- ----- [1970] (1996), *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola.
- ----- [1976] (2000), *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- ----- [1978] (2008), *Segurança, território, população*. São Paulo, Martins Fontes.
- ----- [1979] (2008), *Nascimento da biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes.
- ----- [1982] (1986), *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo, Martins Fontes.
- GAIO, André Moysés. (2007), "O populismo punitivo no Brasil", In: *Revista da OAB*.
- ----- (2006), "Crime e controle social no Brasil contemporâneo", In: *Teoria e Cultura*, vol.1/nº 1.
- HUXLEY, Aldous. (1979), *Admirável mundo novo*. São Paulo, Círculo do Livro.
- McCOMBS, Maxwell & SHAW, Donald L. (1972), *The agenda-setting function of mass media*. *Public Opinion Quarterly*, 36(2).
- RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. (1992), *Beyond structuralism and hermeneutics*. New York, Pantheon Books.
- ROSANVALLON, Pierre. (2008), *La légitimité démocratique*. Paris, Seuil.
- SCHUDSON, Michael. (2003), *The sociology of news*. New York, W.W. Norton.